

# Verdadeira continuidade

16.8.51

RAUL PILLA

VIMOS que a continuidade administrativa não é, em si mesma, nem um bem, nem um mal e, em todo o caso, não se pode considerar atributo do sistema presidencial. Muda a orientação quando muda o governo, e muda, num mesmo governo, quando o governante muda de opinião.

Pois agora pretendo demonstrar que o sistema parlamentar, não o presidencial, é o que melhor assegura a continuidade administrativa. Quem nêle determina a orientação do governo é o Parlamento, isto é, uma assembléa geralmente numerosa. Sem que este altere a sua opinião, não pode o gabinete modificar a sua orientação. Se tentar fazê-lo, cairá. Ora, uma assembléa numerosa e peada, além disto, por compromissos partidários, não muda facilmente de opinião. E' enorme a sua inércia. Será preciso modificar um grande número de indivíduos — cinquenta, cem, duzentos — para que a mutação se dê. Se o Parlamento é protecionista, será forçoso convertê-lo ao livre cambismo; se intervencionista, convencê-lo da excelência da livre iniciativa, e assim por diante. E, se considerarmos que por trás do Parlamento está a massa eleitoral, compreenderemos facilmente como lentas e geralmente contínuas sejam as modificações da orientação na administração do país.

Verificam-se, é certo, também no sistema parlamentar súbitas mutações. Tal a que se produziu na Inglaterra, com a substituição dos conservadores pelos trabalhistas, no governo. Mas, se então muda o governo, é porque mudou o pensamento da nação no intervalo de duas eleições, ao passo que, no sistema presidencial, podem verificar-se tão importantes alterações por obra de um só nome — o presidente da República.

Onde, pois, fica mais bem assegurada a tão decantada continuidade administrativa: no sistema presidencial, onde quase tudo depende de um só homem, ou no sistema parlamentar, onde tudo depende de uma assembléa numerosa e naturalmente inerte?